PROJETO DE LEI Nº , DE 2012

(Do Sr. Pastor Eurico)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, nas cédulas brasileiras, da frase: “Deus seja louvado”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As cédulas utilizadas como meio circulante deverão conter a seguinte frase: “Deus seja louvado”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei busca tornar obrigatória a frase “Deus seja louvado”, nas cédulas de dinheiro circulante no território brasileiro, a fim de manter a tradição e cultura que é empregada nas cédulas correntes.

Julgávamos que não haveria necessidade de elaborar uma lei nesse sentido, mas em razão da Procuradoria da República no Estado de São Paulo pedir à Justiça Federal que determine a retirada da expressão “Deus seja louvado” das cédulas de reais, forçou-nos a criar lei para que seja mantida tal expressão.

Analisamos o argumento da Procuradoria, de que não se poderia manter a frase: “Deus seja louvado” nas notas de dinheiro, por se tratar de expressão religiosa, ferindo assim a laicidade do estado, o qual requer neutralidade quando se trata de religião.

Concordamos que o estado é laico e que assim deva permanecer, no entanto, discordamos quando se coloca em sentido absoluto a laicidade do estado.

Mas isso não quer dizer que o estado não possa privilegiar o sentimento e interesse da sociedade, até porque é a sociedade que dá relevo a esse Estado.

Dizer que o Estado brasileiro é laico e, portanto, deve estar completamente desvinculado de qualquer manifestação religiosa, é um equívoco. Não se pode levar em sentido absoluto, pois o Estado, em sua ficção jurídica, deve realizar os interesses de toda a sociedade.

A sociedade brasileira é uma sociedade religiosa, tanto é verdade que o Preâmbulo da Constituição Federal respeita o sentimento da sociedade, ao promulgar a Constituição “sob a proteção de Deus”.

O Preâmbulo da Constituição Federal não é um dispositivo jurídico, mas a base e estrutura ideológica de toda a Constituição. Assim, Segundo Peter Häberle, um dos maiores constitucionalistas da atualidade, diz que o preâmbulo “é uma "profissão de fé" de uma verdadeira "religião civil" da comunidade política, cujo conteúdo revela as posturas valorativas, os altos ideais, convicções, motivos, em suma, a imagem refletida do próprio legislador constituinte.”

Dessa forma, não entendemos que o Estado seja laico em sua forma absoluta, pois, como já dito, é invocado o nome de Deus na promulgação do texto Constitucional, tornando assim relativa a laicidade do Estado.

O art. 19, da Constituição Federal, artigo esse que estabelece a neutralidade do Estado, vedando este de estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

Diante disso, o texto Constitucional abre espaço para ressalvas, tornando a laicidade relativa, mais uma vez, sem que petrifique a sua neutralidade.

Nesse mesmo sentir, o artigo supramencionado estabelece a vedação sobre o manto de “manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança”. Ou seja, o Estado não pode ficar refém ou submissão a nenhuma forma religiosa.

A frase “Deus seja louvado” expressa nas cédulas de dinheiro tem alguma conotação de dependência ou aliança religiosa entre o Estado e a Igreja? Claro que não! É apenas uma forma de expressar o sentimento que o povo brasileiro tem com Deus, sem tornar o Estado submisso a isso.

Se ficar compreendido que tal frase coloca em risco a democracia brasileira, ao passo de coloca em risco a perpetuação do Estado brasileiro, o Ministério Público Federal não poderá se calar. Deverá propor ação para alterar os nomes de Estados brasileiros, tais como São Paulo, Santa Catarina e Espírito Santo, pois todos são nomes que têm diretamente vínculo religioso. Com efeito, deverá também alterar todos os nomes de ruas e avenidas brasileiras.

Considerando, pois, que se trata de medida que visa respeitar o sentimento e desejo da sociedade brasileira, rogamos aos nobres Pares apoio para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado Pastor Eurico